

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.762 - RJ (2019/0303728-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **CARTA GOIÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA**
ADVOGADOS : **IVAN TAUIL RODRIGUES - RJ061118**
ALFREDO PEREIRA VENTURA E OUTRO(S) - RJ066977
ALESSANDRA MARTINS GUALBERTO RIBEIRO - DF037838
JOÃO RIBEIRO BASTOS CUNHA - RJ206448
SUSCITADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
SUSCITADO : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A REGIÃO**
INTERES. : **MARCOS WILLIAM CATTAN JUNIOR**
ADVOGADO : **JOSÉ MARCOS GOMES JUNIOR - RJ077857**
INTERES. : **BLISS POINT ADMINISTRATIVO LTDA ME**

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AUSÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES PROLATADAS PELOS JUÍZOS SUSCITADOS.

1. Nos termos do art. 66 do CPC/2015, há o conflito de competência quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma matéria ou quando existir controvérsia acerca da reunião ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias.
2. No presente caso, os bens pleiteados na ação de reintegração de posse ajuizada perante a justiça comum não estão inseridos na demanda formulada ao juízo laboral, tampouco resta comprovada a existência de decisões conflitantes - sobre a mesma questão jurídica - exaradas pelos juízos suscitados.
3. Conflito de competência não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência, com pedido liminar, em que figura como suscitante CARTA GOIÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, e como suscitados o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A REGIÃO.

Ação em trâmite na Justiça Comum Estadual: reintegração de posse de bens dados em comodato em razão de contrato de prestação de serviços estabelecido entre BLISS POINT ADMINISTRATIVO LTDA ME e CARTA GOIÁS

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA (processo n. 0039230-53.2014.8.19.0002).

Ação em trâmite na Justiça do Trabalho: reclamatória trabalhista ajuizada por MARCOS WILLIAN CATTAN JUNIOR em desfavor de CARTA GOIÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA (processo n. 0000793-80.2014.5.01.0264).

Conflito de competência: a suscitante alega que "há um claro conflito de competência existente entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para avaliar a validade do contrato celebrado entre a Suscitante e a Bliss Point, seus requisitos formais e também a natureza de referido contrato, sendo certo que ambas as Cortes já proferiram decisões de forma a atestar suas respectivas competências – sendo que apenas o TJRJ está amparado por decisão do Supremo Tribunal Federal". Pleiteia, LIMINARMENTE "a suspensão da ação de reintegração de posse n.º 0039230-53.2014.8.19.0002 e da reclamação trabalhista n.º 0000793-80.2014.5.01.0264".

Pedido liminar: indeferido às e-STJ fls. 143/144.

Informações: prestadas às e-STJ fls. 149/157 e 158/162.

Parecer do Ministério Público Federal: juntado às e-STJ fls. 164/167, opinou pelo não conhecimento do conflito.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

O conflito não merecer ser conhecido.

Nos termos do art. 66 do CPC/2015, há o conflito de competência quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma matéria ou quando existir controvérsia acerca da reunião ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias.

O presente caso, contudo, não se amolda às hipóteses previstas no

dispositivo supramencionado, tendo em vista que, a partir da análise dos documentos carreados aos autos e à vista das informações prestadas, os bens pleiteados na ação de reintegração de posse ajuizada perante a justiça comum não estão inseridos na demanda formulada ao juízo laboral, tampouco resta comprovada a existência de decisões conflitantes - sobre a mesma questão jurídica - exaradas pelos juízos suscitados.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do conflito de competência.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se aos juízos suscitados.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora